

Relicário de memórias - Educação Popular na década de 1960 - Carlos Rodrigues Brandão e Osmar Fávero

Reliquary of memories - Popular Education in the 1960s - Carlos Rodrigues Brandão and Osmar Fávero

César Ferreira da Silva * 

Nima Spigolon ** 

Resumo

O texto versa sobre a Educação Popular no Brasil nos anos de 1960, atravessado por registros históricos do Movimento de Educação de Base (MEB). Caracteriza-se por esquadrihar as memórias de Carlos Rodrigues Brandão e Osmar Fávero, vinculadas, por um lado, aos cenários políticos que antecederam o Golpe de 1964, seguidos da instauração da ditadura militar, e por outro, aos processos pedagógicos e metodológicos fundantes da Educação Popular. Os aportes da abordagem qualitativa orientaram a realização das duas entrevistas— via *Google Meet*, nos anos de 2021 e 2022, sobretudo a elaboração do roteiro no que se refere à constituição do MEB e dos Movimentos de Cultura Popular - MCP, à presença de Paulo Freire e das mulheres educadoras populares. As inconclusões descortinam a relevância dos movimentos sociais de alfabetização para adultos emergentes daquele período e as influências deles para a consolidação de movimentos de resistência que identificam, na Educação Popular, a interação entre as formas diferentes de aprender a realidade para transformá-la e contribuir para o desenvolvimento da criticidade dos sujeitos — individuais e coletivos e para a construção de justiça social.

Palavras-chave: Carlos Rodrigues Brandão; Osmar Fávero; movimentos sociais; Educação Popular.

Abstract

The text deals with popular education in Brazil in the 1960s, crossed by historical records of the Basic Education Movement (MEB). It is characterized by examining the memories of Carlos Rodrigues Brandão and Osmar Fávero, linked on the one hand, to the political scenarios that preceded the 1964 Coup followed by the establishment of the military dictatorship, and on the other, to the pedagogical and methodological processes that founded popular education. The contributions of the qualitative approach guided the carrying out of the two interviews - via *Google Meet*, in the years 2021 and 2022,

* Universidade Estadual de Campinas - Doutorando em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Unicamp. GEPEJA/UNICAMP, REDE ARGONAUTAS-UFF. E-mail: cesarfs.dasilva@gmail.com

** Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. E-mail: nima@unicamp.br

especially the elaboration of the script regarding the constitution of the MEB and the Popular Culture Movements - MCP, in the presence of Paulo Freire and popular women educators. The inconclusions reveal the relevance of social literacy movements for emerging adults of that period and their influence on the consolidation of resistance movements that identify in popular education, the interaction between different ways of learning reality to transform it and contribute to the development of the criticality of subjects - individual and collective and for the construction of social justice.

Keywords: Carlos Rodrigues Brandão; Osmar Fávero; social movements; Popular Education.

Introdução

Relicário de memórias é um jeito carinhoso para nos referirmos às memórias revisitadas pelos Educadores Populares Carlos Rodrigues Brandão e Osmar Fávero, eles gentilmente cederam duas entrevistas, que aconteceram entre o período do final do ano de 2021 e início de 2022. Devido ainda aos auspícios da Pandemia ocasionada pela Covid-19, as entrevistas aconteceram via plataforma do *Google Meet*, respeitando assim os protocolos sanitários, e zelando pela saúde e bem-estar dos professores, “*Carlos Rodrigues Brandão in memoriam*¹”. Além disso, as entrevistas compõem parte da pesquisa de dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em julho de 2022, sob orientação da professora Dra. Nima I. Spigolon, intitulada Educação Popular na América Latina – Percursos de Educadoras e Educadores Populares da Geração de 1960 no Brasil² (Silva, 2022).

Buscaremos, por meio destas memórias imbricadas no tempo e no espaço da década de 1960, reconstruir alguns dos principais acontecimentos do Movimento de Educação de Base (MEB), sua constituição histórica, por seu desenvolvimento e disseminação pelo Brasil enquanto movimento de alfabetização popular, seu processo de desmonte devido ao Golpe Militar de 1964, e sua resistência militante, além de trazer à luz narrativas sob a ótica dos entrevistados, os quais coordenaram e trabalharam com processos político-pedagógicos e metodológicos fundantes na Educação Popular brasileira, sobretudo do que veio a ser um dos movimentos sociais de alfabetização popular mais importantes do Brasil até os dias de hoje.

¹ Que fez sua travessia no dia 11 de julho de 2023, ao lado da família e amigos.

² Para mais detalhes da pesquisa, consultar: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1248999>.

Carlos Rodrigues Brandão, nascido no Rio de Janeiro em 14 de Abril de 1940, psicólogo de formação mas professor e Educador Popular por amor e por essência, antropólogo e militante social, que no ano de 2020 comemorou 60 anos como professor. Durante sua trajetória acadêmica, foi professor universitário em diversas instituições públicas do Brasil e do mundo, sendo elas Universidade Nacional de Brasília (UNB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Uberlândia, UNICAMP, tendo atuado como professor colaborador nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Antropologia Social, Universidad de Santiago de Compostela - Espanha, Universidade de Perúgia - Itália. Atuou em diversas frentes de militância em movimentos sociais do Brasil, como na JUC³, Ação Popular, movimentos estes de caráter cristão, MEB, Educação Popular, MCP⁴, Centro Ecumênico de Documentação e Informação. No dia 11 de julho de 2023, na cidade de Campinas/SP, fez sua travessia ao lado da família e de amigos queridos (Figura 1).

Figura 1 – O professor Carlos Rodrigues Brandão recebe a visita do pesquisador César Ferreira da Silva



Fonte: Pesquisadores, 2022.

³ Juventude Universitária Católica.

⁴ Movimento de Cultura Popular.

Osmar Fávero nasceu em 09 de fevereiro de 1933, em São Paulo. Formou-se em Matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1960. Depois, fez Especialização em alfabetização, e mestrado em Educação, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, tendo pesquisado a Educação de Adultos em projetos rurais. Finalizou o curso em 1973. No ano de 1984, concluiu o doutorado em Filosofia da Educação, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tendo defendido sua tese intitulada: Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB (1961-1966). Viveu e trabalhou no MEB, chegando a ser seu coordenador nacional. Ingressou na JUC em 1957, período em que cursava Matemática e trabalhava num escritório de contabilidade. Foi professor em várias universidades brasileiras, tendo recebido inúmeras premiações nacionais em suas diversas áreas de atuação. Atualmente é Professor Emérito da Universidade Federal Fluminense, atuando como professor colaborador permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade (Figura 2).

Figura 2 - Professor Osmar Fávero.



Fonte: Pesquisadores, 2022.

Ambos os professores tiveram suas formações marcadas por atuações em movimentos sociais brasileiros, com destaque aos movimentos de Cultura Popular (MCP) e Educação Popular, além de movimentos eclesiais da Igreja Católica, como a JUC, Ação Popular e Animação Popular, dentre outros. Foram amigos pessoais e trabalharam com

Paulo Freire no Brasil e em diversos países da América Latina, em diferentes momentos de suas vidas, tendo contribuído e também sendo influenciados pelos princípios éticos, políticos e pedagógicos da Pedagogia humanista de Paulo Freire.

O MEB foi criado em 21 de março de 1961, pelo decreto Presidencial nº 50.370/1961, no Governo de Jânio Quadros, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para aplicar no Brasil um programa de educação de base, através da instauração de escolas radiofônicas por todo País. Em sua criação estavam presentes o Presidente da República, bem como autoridades federais, estaduais e municipais da época, além disso, contava com financiamento do Governo Federal e Estadual para gerir a administração e execução de suas atividades pedagógicas de base, tendo em seu corpo profissional funcionários pagos através desses recursos governamentais.

Por meio de sua criação, foi prevista a colaboração entre ministérios do Governo Federal, sendo um deles o Ministério de Viação e Obras Públicas, que na época era responsável pela concessão dos canais de radiodifusão no País. Essa parceria visava agilizar os processos de desenvolvimento e ampliação das emissoras católicas trabalhadas por meio da CNBB. Com a publicação do decreto criador do MEB, também foi assinado um importante convênio de parcerias entre o Ministério da Educação e Cultura, CNBB, e outros ministérios públicos, resguardando seu papel pedagógico nacional, concedendo, assim, estabilidade financeira, visibilidade nacional e segurança para a constituição nacional de suas atividades.

Desenvolvimento

Os aportes da abordagem qualitativa orientaram a realização das duas entrevistas - via *Google Meet*, sobretudo a elaboração do roteiro no que se refere à constituição do MEB e dos MCP, à presença de Paulo Freire e das mulheres educadoras. As inconclusões descortinam a relevância dos movimentos sociais de alfabetização para adultos emergentes daquele período e as influências deles para a consolidação de movimentos de resistência que identificam, na Educação Popular, a interação entre as formas diferentes de aprender a realidade para transformá-la e contribuir para o desenvolvimento da criticidade dos sujeitos — individuais e coletivos — e para a construção de justiça social.

Na construção de nosso texto, nos orientamos pelo cuidado metodológico e epistemológico, ao reconstruirmos as memórias de Carlos Rodrigues Brandão e Osmar Fávero ao redor da Educação Popular, dos MCP, com destaque ao pioneiro movimento de alfabetização popular, o MEB. Neste contexto, é necessário destacar que “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (Bosi, 1994, p. 17), salientando que “A delicada e difícil questão a refletir sobre a memória não reside naquilo que é possível rememorar, mas em saber lidar com o silêncio, a lembrança, o esquecimento” (Spigolon, 2016, p. 258), para tanto pode ser identificado em Freire e Guimarães (2002, p. 35) que “fazer memórias é um pouco recriar o que foi feito”, e que para Portelli (1981), “É impossível esgotar toda a memória histórica de um único informante”. (tradução nossa) (Portelli, 1981, p. 104). Não obstante, acreditamos que é inegável que as memórias e experiências vividas por Carlos Rodrigues Brandão e Osmar Fávero possam ser contidas somente em um único artigo.

Para esta investigação, nos ancoramos nos preceitos da metodologia qualitativa de Fernando González Rey (2010). Para o autor, ao destacar o caráter construtivo-interpretativo da pesquisa, busca-se enfatizar que o conhecimento é uma produção humana em constante construção. Essa premissa metodológica é definida como o

Caráter construtivo interpretativo do conhecimento, o que de fato implica compreender o conhecimento como produção e não como apropriação linear de uma realidade que se nos apresenta (Rey, 2010, p. 5).

A partir disso, entendemos que a feitura deste texto está alicerçada por meio de “um conjunto coerente e orientado” (Bourdieu, 1998, p. 184), do qual foram realizadas as entrevistas e transcrições, análises epistemológicas e metodológicas, para trazer de volta à luz, “O escrito e o não dito, o silêncio, os ruídos e as angústias”, os quais “buscam lugares de escuta” (Spigolon, 2016, p. 258). Mazza e Zamboni (2015) apontam que há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido, e isso impacta sobremaneira o ofício do professor.

Portanto, a pesquisa qualitativa, com cunhos inéditos, memorialísticos e ontológicos ao redor dos professores Carlos Rodrigues Brandão e Osmar Fávero, permitem-nos obter total ancoramento teórico e epistemológico, para poder-se vislumbrar os caminhos a serem percorridos na revisita dos processos pedagógicos e metodológicos fundantes da Educação Popular Brasileira.

E parafraseando Montenegro (2010), Carlos Rodrigues Brandão e Osmar Fávero “ressignificam o presente, a partir de um passado que se atualiza enquanto memória informando a percepção” (Montenegro, 2010, p. 40). Certos de que os teóricos apresentados darão sustentação tal para tamanha empreitada, precisamos sempre vislumbrar que a educação através do olhar de Carlos Rodrigues Brandão e Osmar Fávero sempre foi uma forma de enfrentarmos as desigualdades sociais vivenciadas pela sociedade no Brasil e em tantos outros países da América Latina por onde eles passaram.

(Re)construindo percursos, utopias, inéditos viáveis: O Movimento de Educação de Base

O MEB sempre foi um movimento à frente de seu tempo, pois agrupou em seu bojo uma multiplicidade de formações intelectuais em suas equipes de formação e direção de atividades de formação e alfabetização. Na construção desses processos, Carlos Rodrigues Brandão em entrevista revisita um longo contexto histórico do Brasil, ao qual concerne o que ele chama de pré-MEB, e avança em sua narrativa detalhando sua filosofia e práxis pedagógica ao lado de outros educadores em diferentes contextos e momentos históricos, como com seu companheiro de MEB, que na época era o coordenador nacional desse movimento, Osmar Fávero. Destarte, então, começemos a revisitar essas memórias.

Vou começar um pouco mais longe, porque para contar a história do MEB, eu preciso contar um pouco da história da Educação Popular. Para vocês terem uma ideia, a história mais próxima começa na Colômbia, numa pequena cidade chamada Sutatenza — inclusive por onde andou um padre, Camilo Torres, que depois se tornou um guerrilheiro e hoje em dia é um dos heróis populares, não só da Colômbia, mas da América Latina. Então vejam só como as histórias se encontram (Brandão, 2021).

Para recobrar esses percursos históricos, Carlos Rodrigues Brandão faz uma digressão em sua própria história pessoal, resgatando assim momentos e movimentos caleidoscópicos desde a sua infância, na década de 1950, e ainda destaca que ali já começavam a aparecer os fundamentos e as preparações do que viria a ser a Educação Popular no Brasil e, por conseguinte, o MEB.

Eu era um menino no Rio de Janeiro, tinha dez anos de idade, já o Osmar tinha um pouco mais. Começou a aparecer algo muito curioso e que não vemos nos livros de História da Educação, e que, no entanto, é muito marcante, sobretudo quando pensamos na Educação Popular. Começaram a aparecer coisas que não eram filosofias da educação, que não eram sociologias da educação, algo que não cabe nesses quadros e que eu gosto de chamar de vocações da educação. São momentos em que uma área da educação, não que

ela se especialize como, por exemplo, educação para cegos, educação para surdos e mudos — minha filha, no Rio de Janeiro, mora, inclusive no edifício ao lado do instituto de surdos e mudos, onde há vários professores especializados na educação de surdos e mudos —, pois essas são especializações da educação. Mas, de repente, vejam, no pós-guerra — quando vocês não tinham nascido, isto é, tudo o que vem de 1945 para cá —, começa a rolar uma série de acontecimentos que irão preparar a Educação Popular, inclusive em termos de igreja católica, que também irão preparar o MEB. Não fui testemunha disso porque naquele tempo eu tinha 10, 11, 12 anos, e a minha preocupação era ir para o Arpoador tomar jacaré nas ondas e mergulhar lá de cima daquelas pedras, até hoje conheço cada cantinho do Arpoador. Mas logo depois, eu vim me inteirar de tudo isso. Eu chamo de vocações da educação, por exemplo, no pós-guerra houve uma lembrança importante para chegarmos em Paulo Freire e depois no MEB (Brandão, 2021).

Ainda nessa caracterização histórica, Carlos Rodrigues Brandão puxa, nos fios de sua memória, contribuições que a recém-fundada Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) faz ao jovem professor brasileiro Paulo Freire, vislumbrando assim momentos pré-Paulo Freire, pois neste contexto ele ainda não era tão conhecido no mundo da Educação, pré-Educação Popular, uma vez que ela ainda não havia nascido, mas já estava sendo gestada nos MCP do Nordeste e pré-MEB, que também já começava a germinar.

A UNESCO perguntou a Paulo Freire: “A paz é aprendível?”. E se a paz é aprendível, seria a escola o lugar de ensino da paz? — a grande preocupação com a paz universal depois da devastadora guerra. E Paulo Freire responde com dois “sim”: a paz se aprende, e a paz se aprende, principalmente, na escola. Tem até um momento em que, antecipando a Paulo Freire, ele diz: “mas não se aprende escrevendo no quadro negro a Declaração dos Direitos Humanos e obrigando meninas e meninos a decorarem; se aprende criando, na escola, com textos de paz, de acolhida do outro”. Então, vejam, a todo momento, pré-Paulo Freire, pré-Educação Popular, pré-MEB, vem a nós, principalmente da Europa e dos Estados Unidos [...] nesse pós-guerra, estou ainda nos anos 50, Paulo Freire trabalha no SESI durante 9 anos, ele que abandona, com poucos meses, uma carreira de advogado. E tinha como grande paixão da vida dele — ele depois não vai lembrar muito disso, a não ser em algumas passagens — não propriamente a educação, mas a gramática da língua portuguesa, tanto é que é por onde ele começa a sua vida de professor (Brandão, 2021).

Para chegarmos até o MEB, Carlos Rodrigues Brandão sempre realiza reconversões dialógicas que recobrem diferentes autores do campo da educação, ele pontua sobre um psicólogo e educador humanista americano chamado Carl Rogers, que muito antes de Freire cria uma espécie de ensino centrado no aluno, o que ele também denomina de ensino ou análise centrada na pessoa, que era trabalhada por meio de dinâmicas de grupos, que é algo também em que Brandão (2021) chegou a se especializar na década de 1960. Carlos Rodrigues Brandão participa como espectador desses

momentos e sempre espelhado em Freire, e mais tarde em Rogers, pois irá formar-se então em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro.

Da Europa e dos Estados Unidos estão chegando não só via UNESCO, mas via educadores e educadoras como Maria Montessori e outras pessoas, e um injustamente esquecido, o psicólogo e educador Carl Rogers, que, muito antes de Paulo Freire, cria o ensino centrado no aluno. O Rogers nunca leu Paulo Freire e nem o Paulo Freire leu o Rogers, e os dois saíram perdendo muito. É muito interessante conhecer esses trabalhos do Rogers. É preciso lembrar, inclusive (e aqui vou falar porque me especializei nisso e até me esqueço, dentro da psicologia, eu sou especialista em dinâmica de grupos), que se trata de um tempo em que nomes vindos dos Estados Unidos e da Europa, principalmente Carl Rogers, e outros vários incentivadores, explodem aqui na América Latina em dinâmicas de grupos, no serviço social, na igreja, na educação, na Pedagogia, na universidade [...] O MEB vai se tornar, inclusive, o grande difusor de experiências de reuniões e de trabalhos através de dinâmica de grupos. Aquilo não é só círculo de cultura, eu tenho até trabalho sobre isso, havia uma pluralidade de métodos. Eu me lembro dos treinamentos do MEB, eram todos eles em torno de experiências de dinâmicas de grupos. Eu me especializei numa coisa que é até americana chamada Sensitivity Training (treinamento da sensibilidade). Então, lembro-me de um momento, justamente um que vai anteceder de imediato Paulo Freire, e que há toda uma sacudida no campo da educação. De um lado, as experiências que deslocam a Pedagogia de uma ciência do ensino para uma partilha do aprendizado. Daí é que se entende a roda da experiência de Maria Montessori, que antecede os círculos de cultura de Paulo Freire, é o ensino centrado no aluno, no diálogo, a escola alegre e não mais repressiva — que inclusive eu conheci, eu sou desse tempo e era um péssimo aluno. Mas uma escola de construção de conhecimento que vai anteceder tudo o que vai vir depois. Eu não sei se chamaria isso de via direita, mas digamos, via um humanismo que vai envolver o Rogers, a Montessori, outros educadores, o Neill mais tarde, mas que não acrescentam a isso o que será a marca em Paulo Freire, no MEB, nos movimentos de cultura popular, que digamos que é algo que vem mais da esquerda. E justamente Paulo Freire é o encontro, eu diria assim, do Carl Rogers com o Che Guevara. E por quê? Porque justamente um pouco mais tarde, em 1957 ou 1958, nos levantes populares, antes ainda ou depois, a libertação das colônias africanas terá uma importância enorme na vida de Paulo Freire (Brandão, 2021).

Neste momento histórico, final da década de 1950 e início de 1960, Carlos Rodrigues Brandão e os outros personagens de nossas entrevistas entram em contato com um importante filósofo cristão, que vai mudar completamente suas concepções de educação e política social, este filósofo era Padre Henrique de Lima Vaz, ou como era conhecido pelos seus leitores, “Padre Vaz”. Brandão (2021) ainda destaca que naquele tempo Padre Vaz era muito mais importante teoricamente do que o próprio Paulo Freire, vejamos na íntegra esse seu apontamento.

Nós éramos todos leitores frequentes do Padre Henrique Cláudio de Lima Vaz, que seria o nosso mentor. Gravem esse nome, é fundamental para nós, inclusive para os cristãos, acho que o Osmar vai falar disso. O Padre Henrique Cláudio de Lima Vaz é muito mais importante do que Paulo Freire.

Nós, teoricamente, éramos leitores do Padre Vaz, para pensar numa dimensão político-humanista mais ampla; e, pedagogicamente, éramos leitores de Paulo Freire. Mas a cobertura mais teórica, da ideia de consciência e conscientização, vinha muito mais via França, através do Padre Henrique Cláudio de Lima Vaz, do que através do Paulo Freire. Então eu diria que, para nós, cristãos, Emmanuel Mounier, e aqui no Brasil, Padre Henrique de Lima Vaz, eram os nossos pensadores. O Vaz foi, inclusive, um assessor do MEB e da JUC, e, por outro lado, o Paulo Freire era nosso pedagogo. Aliás, eu costumava dizer que o Paulo Freire escrevia, mas quem praticava era o MEB, que tinha uma quantidade enorme de escolas radiofônicas (Brandão, 2021).

Chega então a década de 1960, e com ela uma explosão de movimentos sociais no Brasil, neste período, Carlos Rodrigues Brandão recobrou uma linda memória sobre Paulo Freire e seus primeiros escritos acerca do que seria adiante a Educação Popular.

Então, justamente, chega 1960, e exatamente nesse ano, é o ano em que Paulo Freire sai do SESI e ingressa no SEC (Serviço de Extensão Cultural), que era uma coisa absolutamente nova. Uma inovação dele, ele e a primeira equipe dele (Jomard Muniz de Britto, Aurenice Cardoso, Jarbas Maciel e ele, Paulo Freire) criam esse serviço em 1960. Inclusive, os quatro escrevem os primeiros escritos de Paulo Freire; muita gente vai rastrear na “Educação como Prática da Liberdade”, mas não é o primeiro. O primeiro escrito de Paulo Freire está nesse conjunto, que depois o Osmar Fávero colocou neste livro essencial, “Cultura Popular-Educação Popular - Memória dos Anos 60”, um capítulo justamente dedicado à equipe de Paulo Freire. Então, é preciso sempre entender isso: entre os anos 50 e 60, vindo, digamos, da direita para a esquerda (mas isso estou falando metaforicamente), todo esse movimento de abertura, de diálogo, de aulas sentados no chão, de criatividade, de alguma coisa que ativa e atualiza os ideários da escola nova, do escolanovismo aqui no Brasil. Vinha uma grande influência, inclusive, de Dewey, mas nós vamos tratar de dar uma versão mais à esquerda. E vindo do lado de cá, justamente com esses autores... inclusive, naquele tempo, nós não tínhamos muitos pedagogos em que nos basear. É interessante. Nós líamos Gramsci, Marta Harnecker, Mao Tsé-Tung, líamos mais políticos (Brandão, 2021).

Nesses entremeios da História e das memórias, o MEB começa a desenvolver inicialmente suas atividades pedagógicas de alfabetização em 1961, quando já começa a lapidar suas concepções de educação “de base”, o que Osmar Fávero (2021) chama de virada do MEB. Desta virada, em um futuro não tão distante, aconteceria a publicação de documentos fundantes do MEB em um livro de Osmar Fávero. Vejamos a narrativa do Professor Osmar Fávero na íntegra.

A virada no MEB, quando o MEB começa a ser MEB é no final do (---) no primeiro ano de funcionamento, quando começa, em 1961, ou no segundo ano, se quiserem, no final de 1962 se faz uma enorme e esplêndida reunião em Olinda, com todos os coordenadores presentes, e, por conta da intervenção de Luiz Eduardo W. Wanderley, Luiz Alberto Gomes de Souza e tal, praticamente se introduz o ideário da Ação Popular dentro do MEB, e isso modifica todo o modo de se trabalhar. [...] Daí é que vem a ideia de se fazer a cartilha “Viver é Lutar”, com a ideia de trabalhar com sindicalismo rural. A igreja estava se abrindo para confrontar a criação de sindicatos rurais criados pelo Partido

Comunista e grupos mais à esquerda, com os sindicatos ditos católicos, mas que acaba ficando tudo num bojo de sindicatos de linha socialista mais forte. Esse é mais ou menos o começo do MEB (Fávero, 2021).

Neste período da década de 1960, muitas frentes estudantis emergem ancorando-se em Paulo Freire e em outros movimentos sociais já existentes na época, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Ação Católica e o Partido do PCBão. Carlos Rodrigues Brandão, vivenciando todos esses períodos, recobra as duas linhas de forças desses movimentos emergentes no Brasil.

Naquele tempo havia essas duas grandes linhas de força: de um lado a Ação Católica, que eram os católicos de esquerda, juventude agrária católica, estudantil católica, independente, operária, universitária; e do outro lado o PCBão, Partido Comunista Brasileiro. Depois vai haver uma cisão e vai aparecer o PCdoB. Inclusive o Aldo Arantes, que era da JUC, meu companheiro da JUC, e que depois se tornaria presidente da UNE. Nós tínhamos uma frente única entre a JUC e o Partido Comunista. Inclusive dividíamos, às vezes, os postos. E mais tarde, através da Ação Popular, que é o braço político da JUC, se filiaram ao PCdoB. Ele tem, inclusive, um livro, que eu recomendo “Da JUC ao PCdoB”. E Paulo Freire está no meio disso aí. Então, eu costumo dizer que a riqueza do que veio a ser a Educação Popular é que ela sempre foi uma espécie de terra de ninguém, para ser de todos. Por exemplo, em Cuba, tinha-se, entre companheiros marxistas, uma educação marxista. Inclusive uma educação leninista, que depois veio a ser até esquecida (ainda bem!). E não vamos nos esquecer de que os grandes educadores mais libertários da Rússia comunista foram esmagados pelo regime do Stalin, que implantou — inclusive oficialmente —, uma antipedagogia. Enquanto Pistrak e Makarenko, entre outros, tinham sonhado com a educação da construção do homem novo. Mas é interessante que esses homens não nos influenciam. Paulo Freire nunca citou nenhum deles, que eu saiba. [...] Costumo sempre fazer esse paralelo: Educação Popular é como uma praça mineira que você pode chegar nela vindo de várias ruas, e também pode chegar por uma rua e sair por outra, uma espécie de praça aberta aos quatro pontos cardeais. Educação Popular é essa praça aberta; ela acolhe marxistas (naquele tempo havia marxistas leninistas, maoístas e trotskistas), ela acolhe militantes cristãos (da JUC e depois do MEB), e ela acolhe o que eu vou chamar de humanistas laicos (que não são nem politicamente marxistas, nem confessionalmente cristãos), o exato caso de Paulo Freire (Brandão, 2021).

Naquele ensejo da década de 1960, a UNESCO chama as próprias propostas de “educação permanente”. O MEB, por sua vez, pegaria estas perspectivas de Educação, mas nomeando-as como “Educação de Base”, pois o MEB em 1961 interpretava que “educação permanente” tinha um olhar mais europeu de educação, e o que eles vivenciavam no Brasil naquela época era uma espécie de falta de alfabetização generalizada na população, e por isso deveriam voltar a educar pela base, assim surge o “de base”, mas o “de base” vai mais além disso, ele tem uma conotação sócio-material ampla, que contempla também que “de base” seria o ser humano ter condições materiais

e sociais de viver com dignidades no meio em que habita. Além disso, ter a consciência de poder transformar a sua realidade social a partir de suas escolhas político-sociais de forma independente e também coletiva. Carlos Rodrigues Brandão e Osmar Fávero apresentam muito bem essas memórias, as quais veremos adiante.

É interessante que durante quase todo o correr dos anos 60 não existia a expressão “Educação Popular”. Existia “educação permanente”, com a proposta da UNESCO. O MEB, inteligentemente, vai adotar a expressão “educação de base”, porque não podia usar “Educação Popular”, aliás, não era vigente entre nós. E o MEB também não queria usar “educação permanente” porque tinha um odor da Europa, primeiro mundo. E então fala de “educação de base”. [...] Essa ideia de educação de base é acolhida e aceita pelos bispos. Não vamos esquecer de que o MEB é uma instituição da CNBB, e nele havia um conselho diretor, que era formado só de bispos. Ele é uma criação de Dom Helder Câmara “à distância”, ele nunca foi do conselho. Dom Helder, que conheci de passagem, uma figura carismática e única. E, segundo Osmar, não sei se antes do Golpe — acho que sim —, ou logo depois do Golpe Militar, por volta de 1963, 1964, quando estou entrando no MEB, por influência, inclusive, do Padre Vaz e do Raul Landim (que é discípulo do Padre Vaz, o filósofo do MEB), ele vai tomar essa ideia de “de base” (que tem uma versão mais UNESCO, mais aliança para o progresso) e vai aproximá-la mais de Paulo Freire. É uma virada sutil, mas importante. E por quê? Porque na sua origem, inclusive no seu documento de base, é dito que o “de base” é o básico para que o homem possa viver uma vida digna. Então, estava ligado àquilo que a ONU trabalhava em termos de desenvolvimento de comunidade, por exemplo: qualidade de educação, de saúde, habitação, recreação, comunicação, etc. [...] E o MEB vai pegar esse “de base”, com essa visão, digamos assim, mais sócio-material, e vai dizer, não, “de base” é tudo aquilo que o homem precisa conhecer para viver uma vida de dignidade, inclusive em termos de transformação do mundo em que ele vive. Se não for o mundo, que permita, como em Paulo Freire, a realização plena do humano. E aí o Osmar teria muito mais a dizer (Brandão, 2021).

Com essa concepção estabelecida de uma educação “de base”, o MEB surge no cenário nacional, apadrinhado pela CNBB, para alfabetizar jovens e adultos por todo o Brasil através de escolas radiofônicas. Para o tamanho desse feito, Brandão (2021) apresenta ao leitor que o MEB foi a maior experiência de transdisciplinaridade em processos de alfabetização por todo o Brasil, e que nunca se tinha visto tamanha competência até os dias de hoje.

O MEB é criado para alfabetizar jovens e adultos naquilo que se chamava de “Brasil subdesenvolvido”. Então pegava Minas Gerais, o Nordeste inteiro (onde inclusive ele era mais forte, sobretudo Pernambuco), uma pequena faixa da Amazônia e o Centro-Oeste inteiro, Brasília não, mas sim Goiás e Mato-Grosso. E a destinação do MEB é a educação de base, mas principalmente através de alfabetização por meio de escolas radiofônicas. O MEB, na equipe nacional. [...] Hoje em dia a gente fala tanto em transdisciplinaridade, e o MEB praticava isso em 1960. O MEB tinha o Osmar Fávero (matemático), a Vera Jaccoud (farmacêutica), esses dois eram os coordenadores. Depois tinha o Raul Landim (filósofo), Luiz Eduardo W. Wanderley (sociólogo), Aldair

Brasil (assistente social), Luiz Augusto (cientista político, depois virou um professor conhecido na USP), uma psicóloga, mulher do Raul Landim, e só uma pedagoga, a Maria de Lourdes Fávero, mulher do Osmar. E um antropólogo, que não sou eu, o Wilson Hargreaves. Depois entra eu para trabalhar com o Aldair Brasil no setor de animação popular. Vejam vocês que nome, “animação popular”. Então, o movimento destinado a alfabetizar adultos através de escolas radiofônicas que tinha uma equipe de dez profissionais de várias áreas e só uma pedagoga. Quando me perguntam “Carlos Rodrigues Brandão, o que é a transdisciplinaridade?”. Eu digo: “é o que o MEB fez em 1960”. E que eu nunca mais vi se repetir (Brandão, 2021).

Ainda dentro deste contexto da constituição do MEB em parceria com a CNBB e o Governo João Goulart, Brandão (2021) acrescenta que:

O MEB é um movimento criado entre a Conferência Nacional dos Direitos Humanos no Brasil e o governo de João Goulart. Inclusive quem bancava era o governo. Era para alfabetizar adultos — naquele tempo não se falava em jovens — no Brasil subdesenvolvido. Só que o MEB, com essa equipe plurivalente, e associado aos movimentos de cultura popular [...] não para os bispos, porque é preciso lembrar que tínhamos uma dupla conversa: uma entre nós, a portas fechadas, coordenadas, em geral, pelo Osmar; e outra, via Marina Bandeira, que era secretária-geral do MEB, mas estava acima de nós e não fazia parte da equipe, com os bispos. Inclusive havia todo um trabalho da Vera Jaccoud com o Osmar Fávero, junto à Marina Bandeira, para estudar com ela o que ela levaria para a reunião com os bispos, porque não se podia tudo aquilo que a gente estava fazendo, inclusive essa virada na ideia de educação de base. Então é preciso entender o MEB dessa maneira. Ele não é um movimento de pedagogos, da Pedagogia, como por exemplo, talvez, o MOBREAL venha a ser mais tarde. Ele era um plurimovimento com várias pessoas especializadas, vinculado aos movimentos de cultura popular, tanto é que, embora fosse destinado apenas à alfabetização por escolas radiofônicas, o MEB-Maranhão desenvolve um programa chamado Caravana de Cultura, totalmente ligado aos movimentos de cultura popular (que eram encontros entre camponeses, inclusive de movimentos rurais, sindicais, ligas camponesas com o pessoal do MEB (Brandão, 2021).

Nas memórias de Carlos Rodrigues Brandão são recorrentes as atividades desenvolvidas por ele no MEB Goiás, do qual fez parte como formador e Educador Popular na década de 1960, juntamente com sua esposa, Maria Alice, que na época era coordenadora do MEB Goiás. Brandão (2021) entre os relampejos de suas memórias conta passagens importantes vivenciadas nesse período. Vejamos essas narrativas.

O MEB-Goiás, coordenado pela Maria Alice, vai desenvolver uma proposta chamada “encontros com a comunidade”. Então, já é uma coisa completamente diferente da alfabetização. E em fins de semana a equipe do MEB se deslocava a uma comunidade rural e ali se tinha atividades culturais dos mais variados tipos, desde canções, cantigas, catiras, chegadas de Folias de Reis, até pequenos cursos. Lembro-me da Aparecida Siqueira, sobre sindicalização rural, organização política da comunidade. Tudo isso feito, digamos, mais ou menos às escondidas das autoridades policiais, porque aí já era na ditadura. Inclusive um dos locais mais intensos nesse trabalho foi a famosa Fazenda Serrinha (Itaçu-GO), onde estavam três irmãos militantes que depois até publicaram um livro. Vou mandar um artigo para vocês dos

três irmãos camponeses, Oscavú, Parcival e José Moreira, e já velhinhos publicaram um livro. Dois deles já morreram. E, inclusive, logo depois do Golpe. [...] Esse Oscavú foi torturado e passou um longo período preso em Juiz de Fora (Brandão, 2021).

Com os auspícios da ditadura militar, digamos que na porta dos MEB pelo Brasil, Carlos Rodrigues Brandão destaca a importância dessas memórias, as quais ele também chama de histórias do MEB, “Tem muitas pequenas histórias do MEB que deveriam ser lembradas. Às vezes é das pequenas histórias que tiramos as grandes lições.” (Brandão, 2021). Acreditamos que é por meio dessas histórias, como aponta Brandão (2021), que realmente tiramos grandes lições, inclusive para que não se volte a repetir as tristezas e as injustiças político-sociais enfrentadas por essa geração no tempo da ditadura militar no Brasil. Para poder burlar o ódio e a opressão disseminados pela sombra da ditadura, e continuar com as atividades de alfabetização, foi preciso que o MEB desenvolvesse uma metodologia para apresentar de duas formas suas atividades desenvolvidas para as autoridades da época. Vejamos a narrativa de Carlos Rodrigues Brandão sobre isso.

Então havia, não só no MEB, acho que havia na CEPLAR, na campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, nos movimentos do Nordeste, sobretudo no Recife e na Paraíba (onde era muito forte), eu diria que havia um trabalho de duas dimensões, de duas caras. Havia uma cara mais institucional, que era mostrada para o Governo, no caso do MEB, para a igreja, em que a gente estava cumprindo, digamos, o Estatuto. E havia uma cara mais nossa, mais política, que era a cara mais freireana, que era a cara mais abertamente voltada como apoio aos movimentos populares, aos sindicatos rurais que estavam sendo criados. Inclusive, no MEB, o Luiz Eduardo W. Wanderley (sociólogo) foi encarregado de fazer um trabalho de educação nos sindicatos rurais, principalmente no Nordeste. Então ele ia, oficialmente, para fazer supervisões de alfabetização, mas o trabalho, digamos que, por baixo dos panos, era uma mobilização dos sindicatos rurais. Naquele tempo havia uma polarização entre sindicatos cristãos e sindicatos comunistas. E o que aconteceu? Os bispos ficaram sabendo, e vários bispos do Nordeste proibiram a entrada do Luiz Eduardo W. Wanderley, ele foi banido de vários lugares. Inclusive Luiz Eduardo W. Wanderley tem um livro importantíssimo sobre o MEB. O Osmar Fávero trata mais da questão pedagógica, e o Luiz Eduardo mais dessa questão político-sindical. É isso aí, velhas histórias (Brandão, 2021).

“A Educação Popular sempre foi uma terra de ninguém, para ser de todos.” (Brandão, 2021). É com esse trecho que gostaríamos de revisitar passagens das memórias de Carlos Rodrigues Brandão e Osmar Fávero, os quais trazem o destacamento da importância das mulheres educadoras populares do MEB e do Brasil. Sobre essa temática, a qual é uma das características descobertas, conseguimos acesso a alguns documentos do tempo do MEB Goiás, em que Maria Alice, esposa de Carlos Rodrigues Brandão, era coordenadora. Nas palavras de Brandão (2021), a equipe do MEB Goiás foi a mais

feminina de todos os MEB no Brasil. Vejamos essas memórias e seus documentos.

A Maria Alice era coordenadora do MEB-Goiás, e que fantástica coordenadora, aliás, eram quase todas elas mulheres. Acho que tinha umas dez mulheres e um homem. Inclusive algumas geniais, como Alda Maria Borges Cunha, Aparecida Ferreira (que morreu exilada, na África) (Brandão, 2021).

Nos diálogos estabelecidos nos processos da entrevista, ficamos atravessados com as memórias de Carlos Rodrigues Brandão sobre Maria Alice e de tantas outras mulheres que tiveram papéis importantíssimos para a história da Educação Popular Brasileira e Latino-americana, sejam nos MEB ou nos mais diferentes campos de atuação político-pedagógicos possíveis, como foi o caso de Elza Freire, mulher e mãe dos cinco filhos de Paulo Freire. Vejamos esses atravessamentos.

Porque elas trazem uma outra dimensão, que é menos pedagoga, porém, com um conteúdo educacional muito forte, isto é, didático, metodológico, que não precisa necessariamente ser vinculado ao campo da Pedagogia, mas que é importantíssimo para que tenhamos condições exequíveis de qualquer projeto. Então é essa dimensão afetiva, participativa das mulheres, não à frente, mas ao lado do MEB (Spigolon, 2021)⁵.

E sim, é por meio dessa dimensão afetiva que o MEB e tantos outros campos de alfabetização e linhas de frente da Educação Popular conseguiram se manter ativos por tantos anos. Carlos Rodrigues Brandão, ao recobrar suas memórias, diz “*Que na Educação Popular os homens pensaram a educação e as mulheres praticaram a Pedagogia.*” (Brandão, 2021), pensamos que ambos “homem e mulher” tenham suas contribuições tanto para pensar a educação quanto para praticá-la. Adiante, Carlos Rodrigues Brandão contextualiza melhor essa sua reflexão.

Quando se busca os primeiros nomes, eles são muito masculinos, inclusive no MEB e no MCP. É interessante ver como, por exemplo, nos movimentos de cultura popular, se pegarmos a totalidade, todos os nomes proeminentes são de homens: Paulo Freire, Jomard Muniz de Britto, o filósofo de Paulo Freire, Ernani Maria Fiori, do Rio Grande do Sul, Augusto Boal, Thiago de Mello. E quando logo a seguir vem toda uma música de protesto, é: Carlinhos Lyra, Geraldo Vandré, mais tarde Chico Buarque de Hollanda, Caetano Veloso. Ou seja, uma pluralidade de homens. Artistas, cientistas sociais, e mesmo filósofos (principalmente filósofos), Padre Vaz de um lado, Ernani Maria Fiori do outro (Brandão, 2021).

Percebe-se que naquele tempo, na década de 1960, havia nos movimentos sociais uma proeminência de pensadores masculinos, neste contexto Brandão (2021) é enfático

⁵ Intervenção da pesquisadora Nima Spigolon durante entrevista realizada com os professores Carlos Rodrigues Brandão e Osmar Fávero, 2021.

ao dizer que, “*era um mundo muito patriarcal. Não chamaria de machista, mas muito patriarcal. Até mesmo no MEB, com Osmar Fávero e Vera Jaccoud, o coordenador mais pensador era o Osmar, se bem que a mais eficiente para gerir, era a Vera.*”

Ainda sobre esse tema, Carlos Rodrigues Brandão aponta que:

E depois essa equipe tinha a Naldair, a Lourdinha, a Regina (mulher do Raul Landim), as três mulheres, numa equipe de mais de dez pessoas, uma assistente social, uma pedagoga e uma psicóloga. E o restante eram homens, inclusive os mais proeminentes, aqueles que irão escrever documentos, como o Raul Landim, aqueles que irão fazer mais ações políticas, como o Luiz Eduardo W. Wanderley, e nosso grande mentor, o Padre Henrique Cláudio de Lima Vaz. Então, nos anos 60, eu diria que existia uma proeminência masculina muito forte. A Elza Freire, à sombra do Paulo Freire e depois a Aurenice Cardoso (da equipe também, à sombra dos homens), que escreve sobre o método Paulo Freire (Brandão, 2021).

Podemos entender via fala de Carlos Rodrigues Brandão que nos anos 1960, no MEB Nacional, existia uma proeminência masculina muito forte, todavia, quando se saía do MEB Nacional e adentrava-se o que Brandão (2021) chama de “Verdadeiro MEB”, existia nas equipes locais uma predominância feminina, como pode ser apresentado com a equipe do MEB Goiás.

Mas quando se toma o exemplo do MEB e sai da equipe nacional e percorre o verdadeiro MEB — porque o verdadeiro MEB não é a equipe nacional, ela é mais ou menos como uma reitoria numa universidade — isto é, as equipes locais, pelo contrário, elas são predominantemente femininas, o MEB-Goiás, MEB-Maranhão, MEB-Recife, MEB-Bahia, que inclusive são os mais estudados, uma vez que é neles que se dá o trabalho concreto. [...] Então, no Rio de Janeiro, para pensar e coordenar o MEB, havia uma proeminência masculina, mas nos lugares onde o pensamento se tornava ação pedagógica e se realizava através de escolas radiofônicas e encontros de comunidades, havia uma absoluta proeminência feminina. No MEB-Goiás lembro-me de que havia um homem no meio de nove ou dez mulheres, Maria Alice, Aparecida, Iza, Nazira, Alda, que inclusive vão criar o “Benedito e Jovelina”, que eu chamo de Paulo Freire revisitado na versão feminina. O MEB-Bahia também era predominantemente feminino, o MEB-Recife, que foi o mais forte do ponto de vista da política pedagógica, o MEB-Maranhão era só de mulheres. Então, eu acho que, não só no MEB, mas nesses movimentos todos, até por uma tradição do mundo universitário, do mundo do pensamento que vem do Brasil Colônia, os homens estavam sempre na sala, e as mulheres na cozinha. Mas acontece que, enquanto os homens estavam na sala conversando, quem estava fazendo a comida — seja a comida física, seja a “comida pedagógica” —, eram as mulheres (Brandão, 2021).

Esse trecho explanado por Brandão (2021) é muito importante, pois na citação acima ele também mostra que não eram somente os homens que coordenavam o pensamento e as práticas pedagógicas dos MEB, mas sim muitas mulheres e, em sua maioria, eram as líderes e produziam e trabalhavam em cima do material que produziam,

vide exemplo do MEB-Goiás, MEB-Recife e do MEB-Bahia. Um dado importante encontrado é o fato da saída de Paulo Freire do País devido à ditadura militar, e logo após isso as mulheres começaram a aparecer na cena pedagógica do movimento de Educação Popular brasileiro, vejamos essa fala de Carlos Rodrigues Brandão na íntegra. “[...] é justamente uma virada que ocorre com a saída de Paulo Freire. Eu quase diria que foi preciso Paulo Freire ir para a Europa para que as mulheres aparecessem no palco. (Brandão, 2021).

Então, se vocês pegarem livros da geração seguinte de mulheres, sobre saber popular, como por exemplo um livro organizado por uma educadora da Argentina —, vocês verão, na própria bibliografia, como é que as mulheres se tornam proeminentes. Só para dar um exemplo, uma socióloga, marxista, chilena, Marta Harnecker, será quase a pensadora via marxismo da América Latina. E aí as mulheres explodem: Adriana Puiggrós, María Teresa Sirvent, Marcela Gajardo, meu Deus do céu! E há um dado fundamental, a partir desse momento, dessa segunda geração, já é uma geração completamente co-dividida, ou seja, não há só mulheres pedagogas, mas mulheres pensadoras da Educação Popular. Então há uma proeminência feminina muito grande. E com mais um detalhe: grande parte das iniciativas, e, inclusive, dos encontros latino-americanos, como o famoso encontro de Punta de Tralca, no Chile, que foi um marco, foram organizados por mulheres, Marcela Gajardo e a equipe dela. Esse eu considero um dado fundamental (Brandão, 2021).

A partir da fala de Carlos Rodrigues Brandão, podemos perceber que as mulheres neste ensejo se tornam força proeminente, tanto quanto os homens, para pensar a Educação Popular no Brasil e na América Latina. Destarte, sua importância é tanta que foram duramente perseguidas com o chegar dos tempos da ditadura militar no País. Como pode nos relatar Brandão (2021), tendo vivenciado esse fato ao lado de sua esposa, Maria Alice, e das amigas dela. Muitas das amigas de Maria Alice, e mesmo de Carlos Rodrigues Brandão, foram perseguidas e exiladas em outros países, devido a esses acontecimentos.

[...] e a Educação Popular foi primeiramente escrita no Brasil, depois na Argentina, no Uruguai, no Chile, nas ditaduras, com muita perseguição, com muitos altos e baixos, com prisões e mortes. Estou me lembrando da Alda Maria Borges Cunha, que teve, inclusive, de ser escondida no dia seguinte ao Golpe Militar e depois se exilar no Chile, recém-casada. E a Aparecida Siqueira, que teve que se exilar na França e morreu na África, e várias histórias assim, o Osmar está lembrando. Tanto de perseguições mais agudas da igreja — que depois se estenderam na Argentina, uma história terrível — quanto da própria igreja, que o Osmar traduziu muito bem. Quando os bispos começam a sentir que há algum perigo para eles, acabam tirando o corpo fora. Estava me lembrando até mesmo do Dom Fernando, que era nosso padrinho de casamento e grande amigo de Maria Alice, e que se indispôs com ela, quando chegou aos ouvidos dele notícias de que a Maria Alice tinha aberto o MEB para a AP. A Alda e a Aparecida eram, de fato, da Ação Popular. Mas não era que tinha aberto, era que havia pessoas que, através da JUC, eram de AP e depois se integraram no MEB (Brandão, 2021).

Com essa proeminência instaurada às margens do processo de ditadura, Osmar Fávero (2021; 2022) através dos fios de suas memórias, faz uma digressão em que revisita acontecimentos importantes da época, dos quais destaca o fechamento de vários movimentos sociais, e a queima de uma enorme quantidade de documentos.

Olha, no começo dos anos 60, não usávamos a denominação “Educação Popular”, os movimentos eram chamados de “movimentos de cultura popular”. Basicamente, tinha-se três ou quatro movimentos-chave, que eram: MCP de Pernambuco, CPC da UNE, o MEB (que era o grande movimento), e no finalzinho, já em 1963, aparece o sistema Paulo Freire. Não o método de alfabetização Paulo Freire, mas o sistema Paulo Freire, como o Carlos gosta de dizer: era um sistema de educação, alfabetização, que depois ia até o curso superior de uma universidade popular. Esses movimentos foram quase todos fechados radicalmente. A sede da UNE foi queimada, a documentação do MCP foi toda queimada por uma pessoa amiga dos participantes do MCP para não cair nas mãos do exército. Os outros movimentos menores se apagaram. Estavam começando o programa nacional de alfabetização de Paulo Freire na periferia do Rio. Não poderia ser no Rio, pois o governador era o Carlos Lacerda, que não permitia nada. Então, era em Niterói e na Baixada, onde se preparavam as coisas. Houve, se é que houve, uma ou duas aulas nos dias 31 ou no dia 1º de janeiro, e depois fechou tudo. O MEB tinha a proteção da igreja, então, era mais difícil fechar as coisas da igreja. Fechavam sim, mas era mais difícil. Mas houve uma crise, um pouco anterior. Em fevereiro [...] fizemos ao longo do ano 1953 inteiro a cartilha “Viver é Lutar”, um texto feito para pós-alfabetizados, basicamente a população do Nordeste, fazendo uso de uma linguagem inovadora, crítica, bastante crítica. E o Lacerda pegou, no final da edição desta cartilha, em meados de fevereiro de 1963 e jogou na imprensa como um grande escândalo: “a cartilha comunista feita nos porões dos bispos”, os porões dos bispos eram os porões do Palácio São Joaquim, onde Dom Helder tinha o secretariado da CNBB (Fávero, 2021).

São memórias duras marcadas no tempo e na História da Educação Popular de nosso País, apreensões de documentos, queimas de arquivos, torturas físicas e psicológicas, os movimentos sociais estavam marcados, estavam reféns do ódio, da guerra e da opressão dos generais no poder, seus líderes eram perseguidos, os professores cassados e fiscalizados, eram tempos de uma educação opressora, tempos de ódio e horror pela vida, pelo ser humano. Osmar Fávero (2021) por meio de suas memórias apresenta uma horrível passagem acontecida com o MEB, com Dom Távora e com uma professora perseguida, vejamos:

Isso mexeu muito com o MEB. Dom Távora, que era o arcebispo de Aracaju, presente no MEB, fez uma defesa muito grande, foi corajoso. Mas dentro da igreja já começavam as divergências. Isso imediatamente antes do Golpe. Depois do Golpe, quando praticamente cessaram algumas emissões, houve um caso muito engraçado, de uma das nossas melhores professoras de Aracaju, que começou sua aula no dia 31, à noite, dizendo: “meus caros alunos, até ontem a gente fez a conta dos ricos, a conta de somar e multiplicar. Hoje vamos passar a estudar a conta dos pobres, de diminuir e subtrair”, ela saiu presa. Foi uma das poucas pessoas que saíram presas direto, tiraram do rádio

e levaram para a cadeia. Mas, claro, o bispo foi lá no dia seguinte e a tirou de lá. Depois disso houve várias pequenas invasões na sede da Bahia e tal. Progressivamente, via denúncias, particularmente, da ala de direita da própria igreja. Daí, o MEB-igreja racham. Qualquer texto passou a ser censurado, fizemos um segundo material didático, bem mais fraco, chamado “Mutirão”, e não mais “Viver é Lutar”. E começamos a ser, mais ou menos, tolhidos. Mas trabalhamos muito (Fávero, 2021-2022).

Ainda sobre essas memórias, ele destaca:

Carlos Rodrigues Brandão conseguiu sistematizar por escrito a experiência de animação popular que estava sendo feita em Goiás. Passamos a não trabalhar mais com educação de base, mas muito mais com animação popular. E vamos conseguindo levar algumas coisas a duras penas. Claro que o governo faz aquilo que lhe compete, não é? Ele segura as verbas, e assim, não tem como continuar. Quando o MEB realmente assume mais à direita, por meio de uns bispos de dentro do MEB, muda-se a orientação. Colocam dentro do MEB um Monsenhor, bastante conservador, que faz os documentos do MEB como movimento de igreja. Então começamos a sair. Eu saio, Maria de Lourdes sai. Agora, nenhum de nós, da equipe nacional, fomos presos nem nada. Eu e a Vera Jaccoud respondemos processo pelo “Viver é Lutar”. Vera Jaccoud era a minha companheira de orientação. Nós tínhamos como secretária do MEB, acima dessa coordenação minha e de Vera, a Marina Bandeira. Era uma pessoa muito forte e inteligente, e o braço direito dos bispos. Aí ela foi executando as ordens dos bispos e foi esvaziando o MEB (Fávero, 2021-2022).

Foram momentos muito tristes de extrema opressão física e psicológica contra a equipe do MEB, nosso entrevistado, professor Osmar Fávero, sofreu e viveu isso na pele, “não foi torturado”, mas sofreu ameaças e perseguições políticas, tendo que responder a processos sobre a feitura das cartilhas de alfabetização “Viver é Lutar”, dentre outras. Essas são memórias muito duras de serem revisitadas, mas precisam ser reproduzidas nos dias de hoje, para que os horrores do passado não virem nossa realidade. É de extrema importância retratar que o Golpe de 1964 aconteceu duramente, e muitas pessoas foram exiladas em diversos países da América Latina e da Europa, e famílias sofreram e morreram devido a ele, mas existe também uma outra categoria de exilados, que pode ser identificada originalmente a partir de (Spigolon, 2014, p. 398), a qual destaca como: “O Exílio dos que ficaram”, Carlos Rodrigues Brandão e Osmar Fávero fazem parte dessa categoria, e Brandão (2021) tem uma fala muito forte sobre esse tema, a qual nos trouxe em nossa entrevista. “*Eu acho que quem partiu, quem se exilou, sofreu muito; mas quem ficou, talvez tenha sofrido mais, porque ficamos no caldeirão do diabo*” (Brandão, 2021).

Sobre essa mesma temática, a professora Spigolon (2021), que é uma grande pesquisadora sobre o exílio no Brasil e na América Latina, acrescenta, “O professor Brandão e o professor Osmar viveram o exílio dos que ficaram aqui. É uma categoria

importantíssima para repensarmos e revisitarmos”. Dentro dessa perspectiva, Osmar Fávero nos apresenta novamente mais trechos sobre o “Exílio dos que ficaram”

Eu ia dizer ao Carlos que o Jether Pereira Ramalho, um líder que trabalhou enormemente para arranjar dinheiro dos americanos para fazermos as ações de Educação Popular, um dia me disse: “Osmar, nós somos os errados, nós ficamos aqui, somos considerados traidores. A gente está trabalhando, está segurando o que pode aqui dentro, e o pessoal lá de fora diz que não estamos fazendo nada”. Foi um período engraçado de exílio interno. Claro que também valeu como exílio, porque não podíamos mostrar nada, né? A gente se segurava [...] mas tudo bem (Fávero, 2021-2022).

E Carlos Rodrigues Brandão segue ao narrar uma experiência pessoal vivenciada em tempos de repressão da ditadura militar de 1964.

Tenho até uma história pessoal, Osmar, você vai lembrar. Em 1967 ou 1968, eu comecei a minha vida de professor, primeiro na UNB — terrivelmente vigiada, pois ficava no quintal dos militares —, e depois na UFG. Fiz o concurso de Psicologia Social, eu era o único candidato. E fui para lá em 1968. O MEB não existia mais, mas existia a AP, que, inclusive, estava se radicalizando, se aproximando do PCdoB. E comecei a dar aulas e comecei a participar ativamente também de atividades públicas. Lembro-me de uma passeata organizada pelos estudantes — que saiu, aliás, da faculdade de educação —, e foram somente três professores, o Hélder Maciel, a Ana Lúcia e eu, que aderimos à passeata. Acabamos corridos pela polícia com baioneta calada. No fim de 1968 eu tinha um ano de universidade (---) o reitor me chamou, o Farnese Dias Maciel, e disse (---) e chamou o irmão dele (---) ele fazia parte desse movimento ecumênico do CEDI (---) e o Padre Pereira, que era nosso grande guia intelectual naquele tempo. Ele nos chamou na reitoria e disse: “olha a cabeça de vocês está a prêmio, vocês podem ser presos a qualquer momento e não vou ter como segurar”. Então, é curioso que a minha primeira licença universitária foi imposta. Naquele tempo não havia nem conselho universitário, então, o reitor nos concedeu, ao irmão dele, ao Padre Pereira e a mim, uma licença para estudos fora de Goiânia. O Padre Pereira foi para Paris, o Hélder, para São Paulo, fazer doutorado com o Florestan Fernandes, e eu voltei para o Rio de Janeiro. Fiquei um ano escondido. Ele falou “fique um ano sem voltar aqui”. Isso foi quando, através do José Inácio Parente — meu compadre, inclusive —, que eu ingressei no CEDI. Em 1969, ele me convidou para uma reunião com o Jether Pereira Ramalho, num cantinho escondido na PUC. E o CEDI estava organizando — vejam só o processo de expansão da Educação Popular —, um trabalho sintonizado com movimentos do ISAL em outros países, de expansão das ideias de Paulo Freire na América espanhola. Então, lembro-me que, em julho de 1969, fiz uma primeira viagem à Argentina e me reuni com um grupo cristão de esquerda numa casa paroquial, inclusive para ensinar no quadro negro o método Paulo Freire. Depois fiz viagens pelo Peru, vários países, fui bater lá na Costa Rica, no Equador, nos Andes. E isso foi o começo. Quero dizer, por minha causa, porque estava explodindo de todos os lados, isso que não sabíamos muito como se chamava, e que acabou tomando esse nome de “Educação Popular” (Brandão, 2021).

Existem muitas outras experiências, acontecimentos e narrativas dos Educadores Populares e de pessoas de modo geral que ficaram no Brasil, e sofreram grandemente com as injustiças cometidas pelo processo ditatorial brasileiro, além de Carlos Rodrigues

Brandão e Osmar Fávero, não podemos esquecer de suas esposas, Maria Alice Brandão e Maria de Lourdes Fávero, que também sofreram esse processo de vigia e perseguição política juntamente com seus esposos. Esses são apenas alguns dados que todavia podem ser ampliados se pensarmos nos tantos outros Educadores Populares, homens e mulheres, sejam dos mais variados movimentos sociais da época, que sofreram essas perseguições, como por exemplo dos MEB pelo Brasil afora, dos MCP, das unidades da Ação Católica, da JUC, do JEC⁶, da UNE, das UEE⁷, e outras tantas ramificações de movimentos de resistência que surgiam e se espriavam pela América Latina.

(In)Conclusões

O MEB desempenhou um importante papel político-pedagógico e social como frente de alfabetização nacional na década de 1960, destacamos como dado encontrado, que o MEB foi o movimento social de Educação Popular e de Educação de Adultos mais importante que tivemos no Brasil na década de 1960, à guisa talvez até os dias de hoje, ele foi pioneiro em muitas frentes de alfabetização, pois reinventava constantemente sua práxis pedagógica de atuação para poder alcançar a maior quantidade possível de alfabetizando em todas as regiões do Brasil.

Ficou evidente que as experiências individuais desses sujeitos “Carlos Rodrigues Brandão e Osmar Fávero” se vinculam sempre a experiências coletivas de educação e alfabetização popular. No que se refere à constituição do MEB e dos MCP, eles foram agentes fundantes e membros preciosos em suas equipes. A presença de Paulo Freire e das mulheres educadoras populares do MEB, como Maria Alice Brandão e Maria de Lourdes Fávero, e de muitas outras, são o reconhecimento de que o MEB não conseguiria ter alcançado a proporção nacional sem elas.

O MEB resistiu mesmo com redução e modificação de suas atividades pedagógicas. Nos dias de hoje, o MEB segue vinculado à CNBB, cuja coordenação pedagógica, o planejamento, o controle administrativo e a avaliação de resultados das ações são acompanhados a partir de sua equipe nacional, com sede em Brasília.

As ações de mobilização social, de alfabetização de jovens e adultos e de educação de base acontecem nos estados do Amazonas, Roraima, Ceará, Piauí, Maranhão e Distrito Federal, e também no Norte e Nordeste de Minas Gerais (Spigolon; Silva, 2021, p. 144).

⁶ Juventude Estadual Católica.

⁷ União Estadual dos Estudantes.

Suas atividades acontecem por meio de parcerias com o governo estadual e municipal, sendo que suas ações diretas relacionadas à Educação Popular são responsabilidade de equipes regionais em cada uma das unidades da Federação.

A Educação Popular e o MEB são essa potência de transformação social, e não se calam a essas problemáticas, eles tiram força de suas dificuldades, e motivação para seguir das derrotas que já sofreram. Então, continuam e continuam de novo, igual árvore quando poda, ela vem com mais força, e assim eles seguem e sempre seguirão, pois têm na classe popular, nos humildes, nos esfarrapados do mundo, nos oprimidos sua grande força motriz, e lutarão até que não haja uma pessoa com fome, sem direito à educação pública e de qualidade, sem acesso à saúde, sem garantia de direitos, ou que viva em situação de qualquer miséria existente.

Referências

AÇÃO Popular. **Documento Base**. Verbum, Rio de Janeiro, n. 21, mar./jun. 1963.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3º ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (orgs). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, p.183- 191.

BRANDÃO, C. R. **Diálogos com o pesquisador via e-mail**. Entrevista concedida ao pesquisador. Minas Gerais: Caldas; 2019; 2020; 2021; 2022.

_____. **Entrevista - Sítio Rosa dos Ventos**. Entrevista concedida ao pesquisador. Minas Gerais: Caldas; 2019; 2021; 2022.

_____. **Entrevista Google Meet - Entrevistas concedidas aos pesquisadores em 2021**. Círculo de Cultura com Carlos Rodrigues Brandão e Osmar Fávero - Educação Popular e Cultura Popular - Os percursos dos Educadores Populares da Geração de 1960 no Brasil. São Paulo: Campinas; 2022.

_____. **Ontem Agora Nunca - Poemas e perguntas sobre tudo e nada**. Coleção ler, brincar, criar. 1. ed. São Paulo: Editora Pangeia; 2021.

FÁVERO, O. **Diálogos com o pesquisador via e-mail**. 2021; 2022. Rio de Janeiro, Brasil.

_____. **Entrevista Google Meet. Entrevistas concedidas aos pesquisadores em 2021; 2022.** Círculo de Cultura com Carlos Rodrigues Brandão e Osmar Fávero - Educação Popular e Cultura Popular - Os percursos dos Educadores Populares da Geração de 1960 no Brasil. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro; 2022.

_____. **MEB – Movimento de Educação de Base primeiros tempos: 1961- 1966.** In: ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., Portugal: Évora, 5 a 8 de abril de 2004.

_____. Movimento de Educação de Base - MEB. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente.** Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação; 2010.

_____. O Conjunto Didático “Viver é Lutar”. In: FILHO, J. L. C. (Org.). **Movimento de Educação de Base - MEB 40 anos: Crônicas.** Brasília: MEB; 2001.

_____. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB (1961/1966).** São Paulo: Campinas; 2006.

MAZZA, D.; ZAMBONI, E. Memória, silêncio, esquecimento, potência. In: PAULILO, A. L. (Org.). **A docência e a memória: escritas e lembranças da educação.** Campinas: Edições Leitura e Crítica; ALB; 2015. p. 17-38.

MONTENEGRO, A. T. **História, metodologia, memória.** São Paulo: Contexto; 2010.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **História do MEB – Movimento de Educação de Base.** Brasília: MEB-Abaré; 2003.

PORTELLI, A. The peculiarities of oral history. **History Workshop Journal**, v. 12, n. 1, p. 96-107, 1981. DOI: <https://doi.org/10.1093/hwj/12.1.96>

REY, G. F. L. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade, os processos de construção da informação.** Tradução: Marcel Aristide Ferrada Silva. São Paulo: Cengage Learning; 2010.

SILVA, C. F. **Educação Popular na América Latina: Percursos de Educadoras e Educadores Populares da Geração de 1960 no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

SPIGOLON, N. I. **As noites da ditadura e os dias de utopia – o exílio, a educação e os percursos de Elza Freire nos anos de 1964 a 1979.** Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SPIGOLON, N. I. **Entrevista Google meet.** Entrevistas concedidas ao pesquisador em 2021. São Paulo: Campinas; 2021.

_____. Escritos Íntimos e escrita de si: por entre as páginas e a vida de Elza Freire. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, v. 1, n. 2, p. 254-268, 2016. DOI: <https://doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2016.v1.n2.p254-268>

SPIGOLON, N. I.; SILVA, C. F. Maria Alice Brandão. *In:* PAULO, F. S.; DICKMANN, I. (org.). **Arqueologia nas cartas de Carlos Rodrigues Brandão: Contribuições para a Educação Popular**. Chapecó: Livrologia; 2021.

_____. Movimento de Educação de Base. *In:* PAULO, F. S.; DICKMANN, I. (org.). **Arqueologia nas cartas de Carlos Rodrigues Brandão: Contribuições para a Educação Popular**. Chapecó: Livrologia; 2021.

Literatura sugerida

BRANDÃO, C. R. (org.). **A questão política da Educação Popular**. Brasiliense: São Paulo; 1977.

_____. **A Educação popular na escola cidadã**. Petrópolis: Vozes; 2002.

_____. **BENEDITO E JOVELINA** - lembranças de quando a internet era o rádio de pilha e de quando a educação popular vinha através de escolas radiofônicas. 2020.

_____. Educação e movimentos populares: tendências e dilemas latino-americanos. *In:* **Em Campo Aberto**. São Paulo: Cortez; 1995.

_____. **Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular**. São Paulo: Cortez; 1995.

_____. **Entre um século e o outro: a cultura e da educação popular desde os anos sessenta até os dias de hoje**. 2001.

_____. **História da Educação Popular: Construção e o papel da Cultura Popular**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; 2018.

_____. **Lutar com a palavra: escritos sobre o trabalho do educador**. Rio de Janeiro: Edições Graal; 1982.

_____. **O que é Educação Popular**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense; 1986.

_____. **O que é Método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense; 1981.

_____. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense; 1982.

_____. **Quando a Pedagogia tornou-se “do oprimido”. Quando a Educação tornou-se “popular”**: um ensaio de memórias escrito a várias mentes e mãos. 2015.

_____. **Reinventando Freire com Carlos Rodrigues Brandão**. Entrevista com Paulo Roberto Padilha. 2018.

_____. Trinta Anos Depois: alguns elementos de crítica atual aos projetos de cultura popular dos movimentos de cultura popular dos anos 1960. *In*: PONTUAL, P.; IRELAND, T. (org.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO; 2009.

CENTRO DE REFERÊNCIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Memória dos Anos 60 - Osmar Fávero**. Rio de Janeiro: CREMEJA.

FÁVERO, O. (org.). **Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal; 1983-2001.

_____. MEB – Movimento de Educação de Base - primeiros tempos: 1961-1966. *In*: ROSAS, P. (Org.). **Paulo Freire: educação e transformação**. Recife: Editora Universitária da UFPE; 2002.

FREIRE, P. **Conscientização. Teoria e prática da libertação**. São Paulo: Cortez & Moraes; 1979.

_____. **Educação como Prática da Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra; 1967.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1994.

_____.; GUIMARÃES, Sérgio. **Aprendendo com a própria história**. v. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2002

_____.; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: Teoria e prática em Educação Popular**. São Paulo: Vozes; 1989.

MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR. **Estatutos do Movimento de Cultura Popular**. I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular. Recife; 1963.

_____. **Movimento de Cultura Popular: Plano de Ação para 1963**. I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular. Recife; 1963.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Animação popular**. Rio de Janeiro: MEB; 1965.

_____. **Documentos Legais**. Rio de Janeiro: MEB; 1961.

_____. **Fundamentação: textos complementares para fundamentação filosófica dos livros de leitura Saber para viver e Viver é Lutar**. Rio de Janeiro: MEB; 1964.

_____. **Fundamentação: textos para fundamentação filosófica dos livros de leitura Saber para viver e Viver é lutar**. Rio de Janeiro: MEB; 1965.

_____. **Justificação: textos complementares dos livros de leitura Saber para Viver e Viver é Lutar**. Rio de Janeiro: MEB; 1964.

_____. **MEB em 5 anos.** 2. ed. Rio de Janeiro: MEB; 1982

_____. **Mensagem:** textos complementares para a fundamentação, no Evangelho, dos livros de leitura Saber para Viver e Viver para Lutar. Rio de Janeiro: MEB; 1964.

_____. **Movimento de Educação de Base.** Pré-Projeto. Rio de Janeiro: MEB; 1961.

_____. **O Monitor. Apostila 4** - série A. Rio de Janeiro: MEB; 1963.

_____. **Saber para Viver:** 1º livro de leitura para adultos. Rio de Janeiro: MEB; 1964.

_____. **Viver é Lutar:** 2º livro de leitura para adultos. Rio de Janeiro: MEB; 1964.

_____. **Viver é lutar:** cartilha. 2º livro de leitura para adultos. Rio de Janeiro: MEB; 1963.

RODRIGUES, M. E. C. **Enraizamento de Esperança:** As bases teóricas do movimento de Educação de Base em Goiás. 2008. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

ROSAS, P. O Movimento de Cultura Popular – MCP. *In: Movimento da Cultura Popular:* Memorial MCP 26 anos. Recife: MCP/Fundação de Cultura Cidade do Recife; 1986. p. 19-36.

SILVA, C. F.; BRANDÃO, C. R. Alguns imaginários para pensar a educação em tempos de crise e em termos de esperança. **Revista Pedagógica**, v. 21, p. 20-42, 2019.

SPIGOLON, N. I. **Elza Freire & Paulo Freire por uma pedagogia da convivência.** 2. ed. Campinas: Pangeia Editorial; 2022.

_____. **Pedagogia da Convivência:** Elza Freire, uma vida que faz educação. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

VAZ, P. H. C. L. Cristianismo e consciência histórica. **Síntese Econômica, Política e Social**, v. 8, n. 2, p. 45-69, 1960.

_____. O Absoluto e a História. **Cadernos Paz e Terra: Paz e Terra**, 1964.

Recebido em 29/09/2023.

Aceito para publicação em 15/02/2024.